



Sindicato dos Oficiais de Justiça

COMUNICADO

A DGAJ apresentou hoje um comunicado onde coloca em causa, parte da informação prestada pelo SOJ, através do seu Presidente, ao Diário de Notícias.

Assim, cumpre esclarecer, por ora, o seguinte:

a) Existe efectivamente um pedido de sindicância do SOJ, datado de Julho de 2009, ao então Ministro da Justiça;

b) O comunicado da DGAJ focaliza-se somente numa das questões que foram colocadas. É importante referir que o SOJ tentou por diversas vezes, antes até do pedido de sindicância, obter informação sobre essa matéria. O que não poderemos aceitar como boa prática é que o Ministério não só não responda, como não aceite um pedido de sindicância.

c) Também não deixa de ser verdade que, a matéria em causa foi já referida num artigo publicado na imprensa escrita, no dia 23.09.2009, não tendo sido nessa altura objecto de qualquer negação por parte dos então responsáveis.

e) No entanto afirma agora o Ministério da Justiça, em comunicado, que o montante global investido em formação é de “apenas” € 1.773.978,54 englobando 147 acções em 2006 e 127 acções em 2007. Refere ainda que o “Curso de acesso a escrivão de direito/técnico de justiça principal” abrangeu 1931 formandos.

Concluindo:

1) Os números agora apresentados entram em contradição com os que foram apresentados publicamente aos cidadãos na revista “Justiça de A a Z - Três Anos de Governo”, revista esta editada em Julho de 2008 e da responsabilidade do Ministério da Justiça (veja-se fls. 59/60);

2) O SOJ não coloca, nem colocou em causa pessoas. Aliás a sindicância focaliza-se nos Serviços e afastará, ou não, qualquer dúvida que possa existir sobre o funcionamento dos mesmos;

3) Mas é importante que se refira que, num Estado de Direito Democrático as pessoas colectivas e individuais, têm o direito de exigir transparência e recorrer aos meios legais para que determinados factos sejam apurados. A sindicância é, nestes termos, uma figura legal.

Assim, o SOJ continua a entender ser necessário o apuramento dos factos e, tendo como objectivo informar, disponibiliza parte do documento que deu razão ao pedido de sindicância, onde vem descrito que o Ministério da Justiça, através da DGAJ “iniciou a partir de Novembro de 2006 a realização de 132 acções de formação” ... “com vista à realização dos concursos de acesso às categorias de escrivão de direito e técnico de justiça principal”, formação essa que “abrange um universo de aproximadamente 2.700 oficiais de justiça” e que o programa de formação referido “envolve um investimento de cerca de 4 milhões de euros em formação”.

Lisboa, 2010-01-22
A Direcção

Extracto das páginas 59/60 da revista “Justiça de A a Z - Três Anos de Governo”

“Formação de Oficiais de Justiça

O Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral da Administração da Justiça iniciou a partir de Novembro de 2006 a realização de 132 acções de formação profissional a oficiais de justiça, de 10 dias cada uma, com vista à realização dos concursos de acesso às categorias de escrivão de direito e técnico de justiça principal.

Esta formação profissional abrange um universo de aproximadamente 2.700 oficiais de justiça, que estão em condições de concorrer àquelas categorias de chefia e visa dotar o pessoal dos Tribunais de mais competências, designadamente ao nível da liderança.

O programa de formação acima referido envolve um investimento de cerca de 4 milhões de euros em formação, permitindo a promoção na carreira destes candidatos, que desde 1998 e 2001/2002 não viam abertos concursos de promoção às categorias de técnico de justiça principal e escrivão de direito, respectivamente.”

Fonte: Ministério da Justiça